

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GTFAT

DATA: 20 de junho de 2013.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Rodolfo Péres Torelly, Coordenador do GTFAT e Secretário-Executivo do CODEFAT; Gustavo Alves Tillmann, Representante Titular do MF; Luiz Carlos Galvão de Melo, Representante Titular do BNDES; Sérgio Luiz Maximino, Representante Suplente do MPS; João Guadagnin, Representante Suplente do MDA; Marcos Periotto, Representante Titular da Força Sindical; Carlos Roberto Nolasco, Representante Titular da UGT; Rui Moreira, Representante Titular da NCST; João Edilson Oliveira, Representante Titular da CGTB; Alexandre Sampaio Ferraz, Representante Suplente da CUT; Carlos Alberto Salvatore, Representante Titular da CNS; Sebastião Antunes Duarte, Representante Titular da CNTur; e, Thiago Luiz Ticchetti, Representante Titular da CNT.

1 Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e treze, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego - MTE, teve início a Vigésima Primeira Reunião Extraordinária do Grupo de Apoio
3 Técnico ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – GTFAT, sob a
4 coordenação do Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly. **I – ASSUNTOS**
5 **PARA DISCUSSÃO: ITEM 1 - Proposta de Resolução que disciplina o pagamento do Abono**
6 **Salarial referente ao exercício de 2013/2014.** O Chefe de Divisão da CGSAP, Sr. Márcio Ubiratan
7 Britto Jardim, ressaltou que o Abono Salarial era assegurado aos participantes do Programa de
8 Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, a
9 que se referia o artigo IX, da Lei 7.998/90, pago pela CAIXA e pelo Banco do Brasil,
10 respectivamente, na condição de agentes pagadores. Informou que o benefício correspondia ao valor
11 de um salário-mínimo vigente na data do pagamento. Apresentou os itens que qualificavam o
12 trabalhador a perceber o benefício, a saber: i) que tenham recebido de empregadores que
13 contribuem para o PIS ou PASEP, até dois salários mínimos médios de remuneração mensal no
14 período trabalhado e, que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante trinta dias no
15 ano-base; ii) que estejam cadastrados há pelo menos cinco anos no Fundo de Participação
16 PIS/PASEP; e, iii) que tenham sido informados corretamente na Relação Anual de Informações
17 Sociais – RAIS. Informou que estava previsto o crescimento de 5% no número de trabalhadores
18 com direito a perceber o benefício, em relação ao exercício atual (2012/2013), atingindo 21,7
19 milhões de trabalhadores com dispêndio de R\$14,7 bilhões a custo do Fundo de Amparo ao
20 Trabalhador – FAT, sendo a CAIXA responsável pelo pagamento de 86% e o Banco do Brasil 14%,
21 dentre a totalidade de abonos identificados. Por fim, salientou que o calendário de pagamento do

22 exercício 2013/2014 ocorreria entre 13 de agosto de 2013 a 30 de junho de 2014. O Coordenador do
23 GTFAT, antes de abrir as inscrições para manifestação, solicitou esclarecimentos sobre como o
24 trabalhador receberia o benefício em conta bancária. O Chefe de Divisão da CGSAP informou que
25 o crédito em conta era possível para os trabalhadores que possuíam conta nos agentes pagadores,
26 podendo antecipar o resgate do benefício. O Representante Titular da CNTur, Sr. Sebastião Antunes
27 Duarte, indagou quais seriam os meios utilizados para identificar o endereço dos trabalhadores,
28 tendo o Chefe de Divisão da CGSAP esclarecido que utilizavam-se os dados cadastrais do
29 PIS/PASEP, mas nem todos os trabalhadores eram identificados por problemas de cadastro. O
30 Representante Titular da CGTB, Sr. João Edilson Oliveira, considerou importante obter os dados
31 atualizados e inquiriu se no Portal do MTE havia campo de consulta do benefício pelo trabalhador.
32 O Chefe de Divisão da CGSAP observou que o trabalhador poderia obter informação nos agentes
33 pagadores, através dos sites ou pessoalmente, nas agências. O Representante Titular da CGTB
34 sugeriu que fosse estudada a possibilidade de disponibilizar, no portal do MTE, consulta ao
35 benefício do Abono Salarial. O Representante da NCST, Sr. Rui Moreira, sugeriu que fosse
36 realizado o cruzamento dos dados cadastrais do Sistema Único de Saúde – SUS, para obtenção da
37 atualização cadastral dos beneficiários do Abono Salarial. O Coordenador do GTFAT registrou as
38 sugestões, informando que seriam encaminhadas para análise pelas áreas competentes. Questionou
39 se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou o Item apto para ser submetido à
40 deliberação do CODEFAT. **ITEM 2 – Proposta de Resolução que aprova a Proposta**
41 **Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para o exercício de 2014.** O
42 Coordenador-Geral da CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, explicou que as unidades do
43 MTE que tinham ações custeadas com recursos do FAT haviam registrado suas programações de
44 despesas no Sistema de Proposta Orçamentária do MTE – SISPRO. Informou que com base nos
45 dados lançados no mencionado Sistema, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e
46 Contabilidade - CGOFC/SPOA/SE/MTE consolidou a proposta orçamentária do FAT para o
47 exercício de 2014. Declarou que a proposta orçamentária, após aprovada pelo CODEFAT, seria
48 enviada pelo MTE à Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP para elaboração do Projeto de Lei
49 Orçamentária Anual - PLOA, que seria encaminhado, até 31 de agosto, ao Congresso Nacional para
50 apreciação e aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA. Em seguida, apresentou os principais
51 parâmetros que norteariam a Proposta Orçamentária do FAT, exercício de 2014, a saber: i) Taxa de
52 inflação – 4,50%; ii) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP – 5%; iii) Taxa Extramercado – SELIC
53 – 7,53%; iv) Salário Mínimo – R\$719,48; v) Taxa de Crescimento do PIB – 4,50%; vi) Taxa de
54 crescimento do número de trabalhadores beneficiários do Seguro-Desemprego – 1,59%; e, vii) Taxa
55 de crescimento do número de trabalhadores beneficiários do Abono Salarial – 4,97%. Ressaltou que
56 após a reformulação do Plano Plurianual – PPA, ocorrida em 2012, os recursos do FAT foram

57 distribuídos em três programas, passando a comentar o valor destinado a cada um, a saber: i)
58 Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico pelo Banco Nacional de
59 Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - R\$18,16 bilhões, número superavitário em
60 10,2% na comparação ao aprovado na LOA de 2013. Ressaltou que este recurso era proveniente das
61 receitas do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do
62 Servidor Público – PASEP, conforme ordenado na Constituição Federal em seu artigo 239; ii)
63 Trabalho, Emprego e Renda, projeção orçamentária de R\$48,66 bilhões, crescimento de 19,39% em
64 relação ao último ano; e, iii) Gestão e Manutenção do MTE, na importância de R\$356,89 milhões,
65 acréscimo de 53,99% em relação ao aprovado na Lei de 2013, asseverando que a projeção de
66 despesas totalizaria R\$67,18 bilhões, para o exercício de 2014. Apresentou uma síntese do
67 Programa Trabalho, Emprego e Renda, destacando: i) Benefício Seguro-Desemprego - superávit de
68 dotação em 23,64%; ii) Qualificação Social e Profissional - proposta de R\$513 milhões para o
69 próximo exercício, taxa de aumento de dotação em 203,57%, em relação ao autorizado em 2013
70 (R\$169 milhões). Justificou que, após estudo realizado por grupo técnico do MTE, chegou-se a
71 conclusão de que seria interessante solicitar um orçamento mais realista com a capacidade de
72 execução, justificando a vultosa diferença entre o solicitado em 2013 (R\$1,1 bilhão) e a proposta
73 atual de R\$513 milhões; iii) Atendimento ao trabalhador no SINE, sob a ação 20JT, explicando que
74 a ação tem por finalidade manter, modernizar e ampliar a rede de atendimento do Programa Seguro-
75 Desemprego através do acolhimento do trabalhador para habilitação ao benefício do Seguro-
76 Desemprego, intermediação de mão de obra, encaminhamento para ações de qualificação social e
77 profissional, orientação profissional e emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social –
78 CTPS, apresentando pedido de dotação no valor de R\$738 milhões, o que representaria variação de
79 quase 600% em relação ao aprovado na LOA de 2013. Desta forma, asseverou que a expectativa era
80 obter orçamento substancial para realizar as ações previstas pelo SINE e reduzir o pagamento do
81 benefício do Seguro-Desemprego, uma vez que trabalhadores com melhor qualificação
82 preencheriam as vagas de trabalho mais rápido e com conseqüente redução do benefício pago. O
83 Coordenador-Geral da CGFAT finalizou, enfatizando que o MTE estimava receitas no montante de
84 R\$67,18 bilhões, distribuídos na forma a seguir: i) Recursos do Tesouro Nacional – a definir –
85 R\$9,37 bilhões; ii) Contribuição PIS/PASEP – R\$45,40 bilhões; iii) Restituição de Benefícios e
86 Outras Receitas Patrimoniais – R\$572,52 milhões; iv) Multas e Juros devido ao FAT – R\$32,36
87 milhões; v) Cota Parte da Contribuição Sindical – R\$423,33 milhões; e, vi) Remuneração de
88 Recursos do FAT – 11,37 bilhões. O Coordenador do GTFAT sobre o crescente corte orçamentário
89 sofrido pelo Fundo nos últimos anos, asseverou que com maior aporte de recursos para aplicação na
90 Rede do SINE e na Qualificação Profissional previa-se economia aproximada de R\$3,5 bilhões.
91 Sobre as desonerações do PIS/PASEP e seu impacto direto nas receitas do Fundo, informou que o

92 Representante Suplente da CUT realizou estudo sobre o tema, ressaltando que o mesmo poderia
93 apresentar suas impressões. Em seguida, passou a palavra para o Representante Titular da CNS, Sr.
94 Carlos Alberto Salvatore, que questionou se nas projeções apresentadas constava o resultado das
95 desonerações sofridas no presente exercício e qual seria a periodicidade de atualização destes dados.
96 O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que as projeções eram revistas mensalmente,
97 explicando que o MTE obedecia a parâmetros e indicadores, assim como todos os demais
98 Ministérios. O Representante Suplente da CUT, Sr. Alexandre Sampaio Ferraz, parabenizou o
99 trabalho exposto pela CGFAT e direcionou questionamento a Coordenadora-Geral da CGER, Sra.
100 Lucilene Estevam Santana, quanto à operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito
101 Produtivo Orientado – PNMPO, considerando expressivo o valor proposto no orçamento. Ressaltou
102 a importância do FAT como um dos principais pilares de funcionamento do Programa Bolsa
103 Família – PBF, sinalizando que o Governo Federal estimava desoneração na ordem de R\$10
104 bilhões, proveniente do PIS/PASEP. Considerou imperativo que houvesse contrapartida permanente
105 do Tesouro Nacional como forma de garantia de execução dos programas do Governo, caso
106 permanecessem as desonerações. Sugeriu a inclusão da rubrica “Desonerações”, na proposta
107 orçamentária, assim como constava dados sobre a dedução por Desvinculação de Receitas da União
108 – DRU. Observou que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e o FAT obtiveram, no
109 exercício de 2012, recursos equivalentes para publicidade, entretanto, o FGTS converteu em maior
110 visibilidade, o que não foi constatado no FAT, ponderando ser importante para valorização do
111 Fundo a melhor divulgação de suas ações. O Coordenador do GTFAT informou que solicitaria a
112 Assessoria de Comunicação do MTE que apresentasse esclarecimentos na reunião do Conselho,
113 passando a palavra a Coordenadora-Geral da CGER, que esclareceu que as ações do PNMPO
114 tornaram-se competência da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE a partir de
115 setembro de 2012 e que anteriormente faziam parte do rol de competências do Gabinete do Ministro
116 - GM. Informou que a verba orçamentária de 2013 destinava-se ao lançamento de edital para
117 concessão de microcrédito aos beneficiários do Programa Bolsa Família, através de parceria com o
118 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Ponderou que a projeção
119 orçamentária para 2014, no valor de R\$4 milhões, contemplaria as realizações de um projeto piloto
120 em que a Rede de Atendimento do Sine executaria as ações para concessão do microcrédito,
121 mapeamento do setor em todo o País e reestruturação do sistema de informações e habilitações. O
122 Representante Titular do MF, Sr. Gustavo Alves Tillmann, reverenciou o trabalho apresentado pela
123 CGFAT e observou que as desonerações, a queda das taxas de juros e o aumento do salário mínimo
124 comprometem as receitas do Fundo. Considerou que a existência de uma política de desoneração
125 deve ser compensada por aumento de repasses do Tesouro Nacional para cobrir o déficit. O
126 Coordenador do GTFAT complementou que o Fundo buscava orçamento ideal, justificando que nos

127 últimos anos a proposta orçamentária para a Qualificação Social e Profissional era em torno de R\$1
128 bilhão e, neste momento, a equipe técnica concluiu que a redução para R\$500 milhões seria o
129 possível de realizar. Convidou a Titular da Coordenação-Geral de Certificação e Orientação
130 Profissional – CGCOP, Sra. Mariângela Rodrigues Coelho, para expor informações adicionais
131 sobre a Qualificação. A Coordenadora relatou que o valor proposto devia-se a não inclusão de
132 ações, já aprovadas por Resolução CODEFAT, mas ainda não operacionais, citando como exemplo
133 o Passaporte Qualificação e a qualificação profissional para os beneficiários do Cadastro Único para
134 Programas Sociais - CadÚnico, concluindo que não houve redução orçamentária, mas exclusão de
135 ações. Informou que haveria perspectiva de nova resolução do CODEFAT, com escopo de englobar
136 em uma única proposta orçamentária, o Plano Territorial de Qualificação – PlanTeQ e o Plano
137 Setorial de Qualificação – PlanSeQ, além de proposta de reformulação da Qualificação no âmbito
138 do FAT. Quanto à baixa execução no exercício de 2012, esclareceu que a dotação autorizada foi de
139 R\$172 milhões, e que este valor sofreu ações de contingenciamento, restando executar a partir do
140 limite orçamentário disponível e que o resultado do exercício decorreu da falta de Convênios do
141 PlanSeQ. Acrescentou que os R\$58 milhões realizado (33,93% da dotação autorizada) decorreram
142 do resultado das ações realizadas pelo PlanTeQ e pelas emendas parlamentares. O Representante
143 Titular da Força Sindical, Sr. Marcos Perioto, questionou o montante contingenciado, tendo a
144 Coordenadora-Geral da CGCOP informado que não dispunha deste dado, em contrapartida
145 esclareceu que o limite orçamentário foi de R\$90 milhões dos quais R\$40 milhões, destinados ao
146 PlanSeQ, não foram executados. Justificou que houve uma tentativa de realizar Termo de
147 Cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, mas, após supervisão do MTE e
148 constatação de inconsistências no edital para contratação da executora, o acordo foi cancelado e o
149 recurso foi integralmente restituído para o Fundo. O Representante Titular da Força Sindical
150 lamentou o resultado da Qualificação Social e Profissional supondo um valor contingenciado de
151 R\$80 milhões e solicitou dados sobre o número de trabalhadores qualificados em 2012. O
152 Coordenador do GTFAT solicitou que a área apresentasse, na reunião do Conselho, o levantamento
153 do número de pessoas qualificadas pelo MTE, pelo Sistema S e pelo Programa Nacional de Acesso
154 ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, no último ano. O Representante Titular da Força
155 Sindical encerrou, abordando sobre as receitas da contribuição sindical, quanto ao que competia ao
156 FAT repassar aos Sindicatos, solicitando informações sobre o resultado obtido pelo Grupo de
157 Trabalho, criado, na esfera do Ministério, que analisou as solicitações apontadas pelo Tribunal de
158 Contas da União – TCU. O Coordenador do GTFAT solicitou a área técnica que atendesse a
159 demanda requerida. Em seguida, indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo,
160 considerou o Item em referência apto para ser submetido à deliberação do CODEFAT. **ITEM 3 –**
161 **Prestação de Contas do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER,**

162 **exercício 2012.** O Coordenador da CGFAT, Sr. Adilson Vasconcelos da Silva, esclareceu que a
163 Prestação de Contas foi elaborada pelo Banco do Brasil – BB, em consonância com as instruções
164 normativas do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria Geral da União – CGU.
165 Explicou que o FUNPROGER era um fundo de natureza contábil vinculado ao MTE e gerido pelo
166 Banco do Brasil sob a supervisão do CODEFAT, tendo como escopo garantir parte do risco aos
167 tomadores dos financiamentos concedidos pelas Instituições Financeiras Oficiais Federais (BB,
168 CAIXA, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e Banco da Amazônia - BASA), no âmbito do
169 Programa de Geração de Emprego e Renda – Setor Urbano – PROGER URBANO, e do Programa
170 Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Destacou as regras do Fundo, a saber: i)
171 Garantia máxima de 80%, do valor financiado, exceto para as Organizações da Sociedade Civil de
172 Interesse Público – OSCIP de 100%; ii) Valor máximo garantido por mutuário de R\$240 mil,
173 exceto para instituições no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado,
174 limitado a R\$800 mil; iii) Assunção de risco pelo Fundo limitada a onze vezes o seu Patrimônio; e,
175 iv) Índice máximo de inadimplência - *stop loss* - de 7%, exceto para as Linhas Novo Empreendedor
176 e Jovem Empreendedor do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER e linhas do
177 PNMPO. Informou que, até 2012, o Fundo registrou 574.435 operações, representando o montante
178 de R\$13,7 bilhões. Destacou o BB como responsável pela execução de 95,79% deste resultado, o
179 BNB com 4,16%, a Caixa 0,04% e o BASA com realizado de 0,01%. Indicou como os recursos
180 foram distribuídos, até 31 de dezembro de 2012, por linha de crédito, a saber: i) Micro e Pequena
181 Empresa, representaram a maior parte – 73,27%; ii) Empreendedor Popular – 9,48%; iii)
182 Cooperativa – 7,37%; iv) Professor – 3,88%; v) Profissional Liberal – 2,24%; vi) Turismo – 1,91%;
183 vii) Setor Informal – 1,49%; viii) Novo Empreendedor – 0,35%; e, ix) Jovem Empreendedor –
184 0,01%. Declarou que o Valor Financiado Acumulado e o Valor Garantido Acumulado no exercício
185 2012 foram negativos em 6,12% e 6,14%, respectivamente, em relação ao exercício 2011,
186 ressaltando que as variações negativas decorriam da redução do volume de recursos disponíveis
187 para novas contratações e do cancelamento, a pedido do BB, de 25.598 operações de garantia não
188 honradas. Assinalou que o índice de inadimplência do Fundo (valor honrado - valor recuperado /
189 valor garantido), em 2011, foi de 6,98%, sendo que em 2012 subiu para 7,34%, assim distribuído: i)
190 BB – 7,31%; ii) BASA – 6,57%; iii) BNB – 6,79%; e, iv) CAIXA – 48,47%. Informou o resultado
191 das operações honradas destacando o comparativo da atuação do BB que, em 2012, apresentou o
192 indicador de operações honradas de 13,22%, sendo que em 2011 o índice foi de 12,61%. Observou
193 que as demais instituições mantiveram o patamar dos valores honrados o que evidenciava serem
194 operações antigas e, em sua maioria, com dificuldade de recuperação de crédito, tendo as
195 Instituições Financeiras contabilizado como perda financeira. Ressaltou que o Fundo registrou
196 receitas de R\$63,80 milhões e despesas de R\$1,79 milhão, ou seja, superávit líquido de R\$62,01

197 milhões, sendo esse valor 49,5% superior ao realizado em 2011, destacando o crescimento
198 percentual de 122,7% da remuneração sobre disponível devido a rentabilidade dos recursos
199 aplicados no Tesouro Nacional. Apresentou os principais dados do FUNPROGER, realizados em
200 2012, a saber: i) Resultado: R\$62,01 milhões; ii) Disponibilidades: R\$ 195,56 milhões; iii) Aporte
201 de recursos: R\$16,75 milhões; iv) Patrimônio do Fundo (ativo): R\$199,35 milhões; v) Patrimônio
202 Líquido: R\$188,68 milhões; vi) Valores Honrados (TJLP + 3%): R\$1,19 bilhão; vii) Alavancagem
203 máxima: R\$2,19 bilhões; viii) Comprometimento com Aval: R\$313,24 milhões; e, ix)
204 Comprometimento/Alavancagem: 14,3%. O Coordenador da CGFAT findou a apresentação
205 informando que, de acordo com os resultados apresentados, algumas ações estavam sendo adotadas
206 com a finalidade de aumentar as receitas do Fundo e regularizar a situação de empreendedores junto
207 ao poder público, citando-as, a saber: i) Ampliação das ações para cobranças extrajudiciais; ii)
208 Alteração de normativos para: concessão de Abatimento Negocial; parametrização das estratégias
209 negociais (descontos, prazos e valores); elaboração de Projeto de Elaboração de Crédito, em fase de
210 estudo pela equipe técnica do MTE e o gestor do Fundo. O Coordenador do GTFAT abriu as
211 inscrições para manifestação. O Representante Titular do MF solicitou esclarecimentos sobre a
212 Alavancagem máxima e o *stop loss*, considerando-os como mecanismos de trava para concessão de
213 crédito, e que tecessem comentários sobre o resultado de 48,47% da CAIXA, frente ao índice de
214 inadimplência do Fundo. O Coordenador-Geral da CGFAT explicou que as Instituições Financeiras
215 ao atingirem a Alavancagem máxima prevista ficavam impedidas de realizar novas operações,
216 diferente da mecânica de funcionamento do *stop loss* que permitia novas contratações, mas impedia
217 a solicitação de honra, limitada a 7%. Asseverou que os Bancos adotaram uma política de crédito
218 que travava a contratação do Fundo quando se alcançava o índice máximo de inadimplência,
219 concluindo que era importante revitalizar o Fundo e, de acordo com a proposta inicial, voltar a
220 atender a classe com mais dificuldade para obter crédito. Quanto ao resultado de 48,47%
221 apresentado pela CAIXA, comentou que era uma particularidade, pois este só atuou com a linha
222 Novo Empreendedor, com garantida de 50% do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas -
223 FAMPE do SEBRAE e 50% de aval do FUNPROGER, além disto, não estava vinculada ao *stop*
224 *loss*. O Representante Suplente do MDA, Sr. João Guadagnin, sugeriu que ao reestruturar o Fundo
225 houvesse destinação de mais recursos para garantia e apoio aos micros e pequenos empreendedores.
226 Por fim, o Coordenador do GTFAT indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo,
227 considerou o Item em referência apto para ser submetido à deliberação do CODEFAT. ITEM 4 –
228 **Proposta de Resolução que autoriza a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e Renda –**
229 **SPPE/MTE, em caráter excepcional, a repassar recursos ao Município de Santo André/SP, via**
230 **Convênio Plurianual SINE.** O Coordenador do SINE, Sr. Gleide Santos Costa, informou que a
231 proposta de Resolução visava, em caráter excepcional, o repasse de recursos ao Município de Santo

232 André - SP, via Convênio Plurianual do SINE, no mesmo montante que o conveniado em 2012.
233 Esclareceu que o Convênio Plurianual venceu em dezembro de 2012 e, por problemas
234 administrativos do Município, não foi realizado o novo instrumento, levando a adoção de
235 providências imediatas a fim de garantir, sem prejuízo, a continuidade do atendimento aos
236 trabalhadores e empregadores nos postos de atendimento do SINE. Fez alusão a LOA de 2012 no
237 valor de R\$142 milhões e a LOA de 2013 de R\$95 milhões, considerando um desafio manter a
238 Rede do SINE frente às limitações orçamentárias. O Coordenador do GTFAT complementou
239 lembrando que o Ministro do MTE declarou que uma das missões da sua gestão seria melhorar o
240 atendimento ao trabalhador e que estava confiante na destinação de mais recursos. Por fim, indagou
241 se havia alguma manifestação, em não havendo, considerou o Item em referência apto para ser
242 submetido à deliberação do CODEFAT. **ITEM 5 – Proposta de Resolução que autoriza a**
243 **Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTE a fazer aporte financeiro nos**
244 **Convênios Plurianuais SINE vigentes, firmados com os estados do Ceará, Pernambuco e**
245 **Minas Gerais.** O Coordenador do SINE, Sr. Gleide Santos Costa, relatou que o MTE, através da
246 Rede do SINE, prestava atendimento aos trabalhadores em busca de obter o benefício do Seguro-
247 Desemprego e de oportunidades de trabalho. Destacou que junto a este público eram atendidos os
248 trabalhadores constantes do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e, para atendê-los,
249 o MTE firmou com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, Termo de
250 Cooperação, com o escopo de acolhê-los, priorizando os trabalhadores provenientes das ações de
251 Qualificação Profissional do PRONATEC Brasil Sem Miséria. Com isto, o Coordenador asseverou
252 que o Termo de Cooperação estabeleceu que o MDS repassaria ao MTE o montante de R\$20,89
253 milhões com o objetivo de investir na reestruturação física e na capacidade de atendimento das
254 unidades do SINE instaladas na região nordeste, especificamente em Municípios com ocorrência de
255 ações do PRONATEC Brasil Sem Miséria, nos estados do Ceará, Pernambuco e Minas Gerais.
256 Esclareceu que além do recurso repassado pelo MDS seriam necessários recursos suplementares do
257 FAT, na ordem de R\$4,60 milhões para cumprir o objetivo proposto, na forma a saber: i) Minas
258 Gerais – R\$1,10 milhão; ii) Ceará – R\$1,74 milhão; e, iii) Pernambuco – R\$1,76 milhão. O
259 Coordenador do GTFAT abriu as inscrições para manifestação. O Representante Titular da Força
260 Sindical questionou se a ação visava captar vagas para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino
261 Técnico e Emprego – Pronatec, e sugeriu que a estrutura do SINE contemplasse a captação de vagas
262 para realização dos cursos do Programa. O Coordenador do SINE informou que a ação
263 contemplaria os trabalhadores que participassem de ações de qualificação para sua (re)colocação ao
264 mercado de trabalho. O Coordenador do GTFAT expôs que existia proposta do Ministério da
265 Educação – MEC para que o SINE funcionasse como porta de entrada a todos os trabalhadores que
266 pretendessem realizar cursos oferecidos pelo Pronatec e, a posterior, seriam inscritos para disputar

267 uma vaga de emprego oferecida pelo Sistema. Reforçou que este era mais um dos motivos para
268 investimento na reestruturação do SINE. Por fim, indagou se havia mais alguma manifestação, em
269 não havendo, considerou o Item em referência apto para ser submetido à deliberação do
270 CODEFAT. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Coordenador
271 do GTFAT deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,
272 Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT e Coordenador do GTFAT, lavrei a
273 presente Ata que, após aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

RODOLFO PÉRES TORELLY
Coordenador do GTFAT e
Secretário-Executivo do CODEFAT

GUSTAVO ALVES TILLMANN
Representante Titular do MF

LUIZ CARLOS GALVÃO DE MELO
Representante Titular do BNDES

SÉRGIO LUIZ MAXIMINO
Representante Suplente do MPS

JOÃO GUADAGNIN
Representante Suplente do MDA

MARCOS PERIOTO
Representante Titular da Força Sindical

CARLOS ROBERTO NOLASCO
Representante Titular da UGT

RUI MOREIRA
Representante Titular da NCST

JOÃO EDILSON OLIVEIRA
Representante Titular da CGTB

ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ
Representante Suplente da CUT

CARLOS ALBERTO SALVATORE
Representante Titular da CNS

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE
Representante Titular da CNTur

THIAGO LUIZ TICCHETTI
Representante Titular da CNT
